

O comportamento estratégico das elites económicas alentejanas face à actividade industrial: algumas evidências a partir da regioo de Évora (1880-1926)*

Pauto Guimaraes

Universidade de Évora

O comportamento económico das elites alentejanas tem sido caracterizado pelo *tradicionalismo*, consubstanciado na orientação preferencial do investimento para a imobilização fundiária, por um lado, no *absentismo* e no imobilismo tecnológico na esfera agrícola, principal campo de actividade daquele grupo, por outro. Esta *imagem*, reforçada por aquela vertente ideológica que o grupo (ou uma parte significativa dele) abraçaria à entrada do século xx, foi questionada e objecto de revisão nos últimos anos ¹. Sem que se negue hoje a orientação fundiária do grupo, a interpretação do fenómeno diverge, porém, no sentido atribuído a esse comportamento: longe de uma *tara*, estamos perante o resultado lógico das circunstâncias que conduziram a um processo de integração do Alentejo numa

* Este texto esteve na base da comunicação apresentada no Seminário «Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)» que decorreu na Universidade de Évora em 3 e 4 de Junho de 2002.

¹ REIS, J.: «Lei da fome: as origens do protecționismo cerealífero (1889-1914)», *Análise Social*, vol. XV, 60, 1979, e «Latifúndio e Progresso Técnico no Alentejo. A difusao da debulha mecânica no Alentejo, 1860-1930», *Análise Social*, 71, Lisboa, 1982, pp. 371-431; FONSECA, H.: *Para o estudo dos investidores alentejanos: os lavradores da comarca de Évora no final do Antigo Regime. Alguns aspectos*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1987 (Separata da *Revista Portuguesa de História*, t. XXII), e *O Alentejo no Século XIX. Economia e atitudes económicas no Alentejo Oitocentista*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1996, e CARDOSO MATOS, A.; MARTINS, C., e BETIENCOURT, L. (coord.): *Senhores da Terra. Diário de um Agricultor Alentejano (1832-1889)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1982 (prefácio de Jaime Reis).

região económica liderada por Lisboa². O fraco nível de participação em empreendimentos industriais e mineiros que podemos encontrar nos finais de Oitocentos traduz, nesta perspectiva, uma experiência adquirida em trajectórias frequentemente marcadas por insucessos. A orientação no sentido da especialização agrícola foi assim ditada pelo simples bom-senso³. Neste contexto, o protecționismo que saiu dos dois Congressos Agrícolas realizados em Lisboa em 1888 e 1889, reforçado depois em 1899, acabou por contribuir para a modernização da *lavoura alentejana* e para absorver uma população em crescimento rápido⁴.

Apesar dos contributos que têm vindo a ser dados por esta historiografia, tem-se deixado de fora a análise do comportamento económico deste grupo a partir da primeira década do século passado. Em que medida (e em que sentido) se poderá defender, no novo século, a continuidade com práticas anteriores? Ou assistir-se-á, pelo contrário, a uma alteração nas atitudes, facto que corresponderia à emergência de novas propostas ideológicas anti-modernas que teriam cativado as gerações pós-1890?

Este estudo, centrado na região de Évora, pretende surpreender a relação entre as elites e a actividade industrial entre os finais do século XIX e o primeiro quartel do século XX. Abriu este período a *crise agrícola* que acompanhou a industrialização do sector alimentar e com repercussões directas sobre as grandes produções da *lavoura do sul*. Constituíram-se a partir de então empresas que exigiram avultadas somas de capital e elevada capacidade técnica e de gestão. A moagem de cereais e a panificação conheceram grandes desenvolvimentos tecnológicos, tornaram-se indústrias *de massa* que marcaram a transição para uma nova era marcada pelo urbanismo. Generalizou-se a produção de farinha superfina pelo processo Austro-Húngaro, a produção de massas e de bolachas de qualidade. Enfim, nasceram as *padarias mecánicas*, as pastelarias e confeitarias como

² FONSECA, H.: «Elites agrárias e crescimento económico na periferia portuguesa do século XIX: o exemplo do Alentejo na era liberal (1850-1910)», *Análise Social*, 146/147, XXXIII, 2.º_3.º, 1996, pp. 497-538, onde se retoma a tese de O *Alentejo no século XIX*. V. tb. JUSTINO, D.: *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913*, 2 vols., Lisboa, Vega, 1988-1989.

³ FONSECA, H.: *O Alentejo...*, pp. 427-431.

⁴ REIS, J.: «A lei da fome...», art. cito V. tb. BERNARDO, M.ª A.: «Les elites agraires portugaises aux XIXe. siecle: entre groupes de pression et associations», *Histoire, Economie et Société*, 2.º trim., 16.º ano, 2, 1997, pp.189-202.

verdadeiras unidades industriais. O azeite perdeu o monopólio que tinha na iluminação e como lubrificante, para sofrer ainda a concorrência no ramo alimentar dos óleos coloniais. As conservas de peixe, uma indústria em expansão, eram uma oportunidade para os lavradores mas exigiam o azeite *extrajino*⁵. Também aqui a qualificação do produto através das marcas constituiu uma das saídas possíveis para o desafio que se enfrentava. Generalizou-se gradualmente o processo italiano de produção de azeite refinado (o sistema Veracci) e, mais tarde, a extracção de óleo a partir das borras de azeite que antes serviam apenas para alimentar os porcos. O consumo burgues, cada vez mais sofisticado, conduziu à multiplicação das indústrias de conservas alimentares e, colocando as novas fontes de energia ao seu dispor, suscitou o desenvolvimento das fábricas de gelo e de refrigerantes. No ramo das bebidas alcoólicas, foi crescente diversificação da oferta. Generalizaram-se as marcas, ou melhor, a venda do produto apresentado pelo produtor, identificado por um nome registado, defendido por um processo de fabrico e pronto para consumo. Tal estratégia de *qualificação*, articulada com o consumo de massa, não deixou igualmente de afectar as bebidas correntes como o vinho e a aguardente.

⁵ Vejam-se os relatórios de Adriano Monteiro no *Boletim do Trabalho Industrial* e, em especial, a *Estatística Industrial de 1903-1904*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905. Para a evolução da indústria moageira em Portugal, sob o ponto de vista das tecnologias e económico, veja-se BAPTISTA, J. A.: *Breves consideraçoões sobre a industria da moagem em Portugal*, Lisboa, 1908; PROSTES, P.: *Indústria alimentar*, 2.^a ed., Lisboa, (s.d.); ALVES, F., e SALREU, A.: *A moagem*, Lisboa, 1924; COSTA, F.: «Da indústria da moagem», *Boletim da Direcção Cereal dos Serviços Industriais*, ano V, 1953, 250-254, pp. 653-662, 669-676, 685-691, 701-705 Y715-719, e PINTO LOUREIRO, F.: *A indústria da moagem ao serviço da Nafilo. Esboço histórico-económico*, Lisboa, 1961. Para as tecnologias antigas veja-se DIAS, J., e outros: *Sistemas primitivos de moagem em Portugal. Moinhos, azenhas e atafonas*, 2 vols., Porto, INIC/Centro de Estudos de Tecnologia Peninsular, 1959; CORREIA BORGES, N.: «A farinhação através dos tempos», *História*, 26-30, 1980-1981, pp. 37-43, 62-69, 66-74 e 7-82, respectivamente. Sobre a moagem no Antigo Regime, veja-se COUTO FERREIRA, J. A.: *A dessacralização do Pilo. Políticas de abastecimento no Antigo Regime: do Concelho ao Estado Iluminista*, Porto, Campo das Letras, 1995. O mesmo autor fez uma tentativa de síntese para a história contemporânea portuguesa com *Farinhas, Moinhos e Moagens*, Lisboa, áncora, 1999. Para Espanha, que teve uma evolução análoga, veja-se o estudo recente de MORENO LÁZARO, J.: «Las transformaciones tecnológicas de la industria harinera española, 1880-1913», em LÓPEZ GARCÍA, S., y VALDALISO, J. M.a (eds.): *Que inventen ellos ? Tecnología, empresa y cambio económico en la España contemporánea*, Madrid, Alianza Universitaria, 1998, pp. 213-248.

No sector corticeiro, as transformações foram igualmente radicais. O aparecimento da indústria dos aglomerados (branco e negro) diversificou as aplicações da cortiça. Porém, as novas indústrias de cortiça requeriam investimentos pesados e uma sofisticada rede comercial. O fabrico da rolha mecanizou-se.

A emergência do consumo de *luxo* e de *massa* acentuou a autonomização empresarial das produções agro-industriais e teve como consequência a breve trecho a subordinação da agricultura aos interesses industriais, pois, cada vez mais, os produtos agrícolas constituíam matérias-primas industriais.

Foi sob este pano de fundo, em que a modernidade, apresentada sob a forma de novos meios técnicos, produtos, processos de fabrico e de máquinas-ferramenta disponíveis, tanto poderia aparecer como uma oportunidade ou como uma ameaça a posições adquiridas, que desenvolvemos esta investigação. Importava identificar as novas iniciativas industriais na região, os seus principais protagonistas e o seu destino. Estiveram as elites fundiárias ausentes deste processo?

1. Homogeneidade e diversidade no comportamento económico das elites eborenses

A nossa análise partiu do pressuposto que os núcleos familiares que compunham as elites regionais podem ser identificadas nominalmente a partir das matrizes prediais e que qualquer forma de participação em actividades industriais pode ser identificada, em nome próprio ou através de participação em sociedades, a partir do lançamento da contribuição industrial⁶. O cruzamento desta informação permitiu-nos identificar, então, a extensão da participação daquele grupo nos negócios exteriores à terra, por um lado, e o nível de envolvimento nos interesses fundiários dos grupos superiores ligados ao comércio e à indústria, por outro. Uma terceira fonte – os registos notariais – contribuiu para identificar padrões de comportamento económico a partir dos actos registados. Finalmente, verificou-se a participação nas sociedades constituídas entre 1890 e 1960 que foram registadas em Évora.

⁶ Deixámos de lado, nesta análise, os interesses mineiros.

Algumas considerações devem ser feitas sobre estas fontes na óptica que aqui nos interessa. O rendimento fundiário que estava na base do lançamento do imposto predial era registado nas matrizes de acordo com as produções apuradas. A partir daqui elaboravam-se os mapas da repartição do imposto pelos contribuintes. As críticas que se faziam a este processo prendiam-se com a própria justiça dos valores atribuídos e com a forma da repartição do imposto⁷. Tal como sucedeu em Espanha e Itália nos finais do século XIX, a revisão dos cadastros prediais tornou-se objecto de forte contenda política⁸. A nomeação de Gerard Pery como alto comissário régio e os seus trabalhos sobre economia agrícola tinham este fim⁹. Apesar disto, devemos considerar as eventuais distorções nos rendimentos apurados sobre a terra para efeitos fiscais como sendo do mesmo teor para *todos* os indivíduos nos grupos do topo. Consideramos estes valores *válidos* na medida em que estabeleciam uma hierarquização entre fortunas, fixando posições relativas que correspondiam, efectivamente, aos níveis de riqueza.

No caso do concelho de Évora, o Mapa da Repartição da Contribuição Predial para o ano de 1890 registou 1.789 contribuintes com um rendimento colectável total estimado em 282,2 contos de réis. Este valor representava pouco mais de 10 % do valor atribuído por Hélder Fonseca para o produto agrícola na região de Évora no início do século¹⁰. O universo seleccionado contemplou 116 contribuintes com um rendimento avaliado em mais de 300 mil réis anuais, aos quais juntámos mais 12 que apresentavam títulos nobiliárquicos ou laços de parentesco directos com o grupo anterior. Este grupo contribuía com 183 contos, ou seja, 64,9 % do total do concelho.

⁷ V. por exemplo as críticas de ANDRADE, A.: *Política, Economia e Finanças*, Coimbra, 1925, p. 11: «Com uma capitação tributária directa mais leve do que em outras países, pesa mais entre nós o imposto, por incidir sobre uma riqueza colectável menor e mal distribuída». V. tb. MOREIRA, V.: «Reformas Tributárias. Os Códigos da Contribuição Industrial e da Contribuição Predial e do Imposto sobre Indústria Agrícola», *Revista de Economia*, XV, fase. IV, Dez. 1963.

⁸ CARDOZA, A.L.: *Agrarian Elites and Italian Fascism. The Province of Bologna, 1901-1926*, Princeton, Princeton University Press, 1982, e ZAMAGNI, V.: *The Economic History of Italy 1860-1990*, Oxford, Clarendon Press, 1993.

⁹ PERY, G. A.: *Estatística agrícola do distrito de Beja (Concelhos de Beja, Cuba, Alvito et Vidigueira)*, 4 vols., Lisboa, 1883-1886.

¹⁰ O Alentejo... 1996, p. 111, Tabela 23.

TABELA 1

<i>Classe de rendimentos</i>	<i>Contribuintes</i>	<i>Donas</i>	<i>Nobreza titulada</i>	<i>Rendimento da Nobreza titulada</i>	<i>Rendimento colectável</i>
>10.000	3	-	-	-	41,2
>5.000<= 10.000	4	-	2	13,6	25,5
>1.000<= 5.000	38	7	5	14,7	71,9
>500<= 1.000	46	12	3	2,2	32,5
<500	37	6	3	0,4	11,9
TOTAL	128	25	13	30,9	183,0

Fonte: Arquivo Distrital de Évora/Repartição de Finanças, *Mapa da Repartição da Contribuição Predial*, 1890. Valores dos rendimentos em cantos de réis.

A Tabela 1 mostra-nos a repartição dos maiores contribuintes prediais de Évora por classes de rendimento em 1890, distinguindo as mulheres identificadas como donas e os indivíduos conhecidos pelo título nobiliárquico que usavam em vez do nome ¹¹. Nela fica patente a enorme disparidade na distribuição das grandes fortunas. A maior fortuna individual, a de Francisco Eduardo Barahona Frago, aparecia com um rendimento avaliado em cerca de 17 contos de réis anuais e era constituída por 116 propriedades rurais e urbanas que se distribuíam por 12 freguesias do concelho ¹². Seguiam-lhe 3 notáveis residentes em Lisboa: Carlos Maria Eugénio de Almeida, com 12,3 contos de rendimento e 29 propriedades, Francisco Simões Margiochi com 22 propriedades e 11,9 contos, e o duque de Palmela com os 7,6 contos que lhe rendiam as 18 propriedades nas freguesias da Sé, Torre, São Jordao, Tourega e São Brás. Seguiu-lhes depois o lavrador e proprietário eborense Matias Piteira Fernandes com 44 propriedades e 6,7 contos anuais. O conde das Galveias, o conde da Costa e o marquês de Monfalim eram títulos que seguiam numa lista graduada de rendimentos que descia aos 2 contos anuais, faixa onde vamos encontrar a maioria das grandes fortunas.

¹¹ Consideraram-se aqui como maiores contribuintes prediais aqueles cujo rendimento fiscal foi computado em mais de 300 mil réis anuais.

¹² A contabilização das propriedades foi feita de acordo com a descrição dos «artigos» no caderno de lançamento fiscal. Neste texto, «propriedades» e «artigos» devem considerar-se expressões sinónimas.

Por estarmos perante uma fonte que descreve os proprietários do concelho de Évora, não podemos identificar de imediato esta graduação com a situação real dos seus titulares. De facto, alguns dos *pequenos* contribuintes nesta lista eram-no porque a maioria dos seus prédios não se localizava em Évora. Tal sucedia, por exemplo, com a casa Pessanha (ou Passanha) cuja sede estava em Ferreira do Alentejo.

Por outro lado, importa considerar o grupo familiar, tal como se pode perceber pelos apelidos comuns ou cruzados (Tabela 2). Este elevado grau de endogamia, já sublinhado por Helder Fonseca, exprime-se aqui no facto de 53 contribuintes do topo representarem apenas 15 núcleos familiares, os quais detinham perto de metade

TABELA2

<i>Apelidos</i>	<i>Contribuintes</i>	<i>Propriedades</i>	<i>Rendimento anual colectável</i>
Fragoso	3	144	19,5
Eugénio de Almeida	2	33	15,3
Piteira e Fernandes	6	74	10,3
Amaral	3	32	5,1
Vaz Freire	6	61	5,0
Matos Peres, Matos Fernandes e Sousa Matos	7	55	4,6
Machado	4	52	3,7
Oliveira Soares	3	28	3,1
Gomes Ramalho	4	28	2,9
Cabreira	3	55	2,5
Marçal	4	47	2,4
Carvalho	2	16	2,1
Bugalho	2	25	1,9
Pessanha	2	18	1,7
Paquete	2	23	0,8
Total do deste grupo	53	691	80,9

Ponte e legenda: Ver Tabela 1.

dos rendimentos auferidos pelo total do nosso universo elitista¹³. Assim, em muitos casos as fortunas intermédias resultavam simplesmente da divisa.o dum património comum que se poderia recompor por via das heranças e das alianças familiares.

Devem ser colocadas algumas reservas quanto ao real significado dos rendimentos auferidos pelos titulados (cf. Tabela 1). Efectivamente, a nobreza titulada representava apenas 15 % das fortunas colectadas mas, se adicionarmos esse valor ao conjunto das famílias cuja nobreza remontava ao Antigo Regime, teremos pelo menos 51 % do valor atribuído aos rendimentos dos grandes proprietários fundiários *em Évora*. Em contrapartida, o grupo daqueles que se identificavam pelo capital técnico e científico adquirido -os doutores e engenheiros- era muito estreito. Contámos somente 4 indivíduos, os quais não atingiam 1 % dos rendimentos deste grupo (Tabela 3).

TABELA3

<i>Atributos</i>	<i>Número de contribuintes (1)</i>	<i>Número de artigos cadastrais (2)</i>	<i>Rendimento colectável (em contos de réis) (3)</i>	<i>Rendimento médio por contribuinte (1):(3)</i>
Nobreza titulada	12	153	27,5	2,3
Nobreza (outra)	17	496	93,5	5,5
Grandes proprietários	24	1.396	155,5	6,5
Doutores e engenheiros	4	43	1,7	0,4
TOTAL	34	1.549	183,0	5,4

Fonte e legenda: Ver Tabela 1.

Devemos igualmente distinguir o local de residencia. Efectivamente, embora a esmagadora maioria de grandes proprietários residisse na cidade de Évora (81), havia um número significativo de grandes proprietários que morava em Lisboa (21). Muito menos importante era o número de proprietários que residia, no distrito de Évora, fora desta cidade (15). A riqueza fundiária dos 9 proprietários residentes no Porto, em Setúbal e em Beja não tinha grande expressao em termos relativos. Em contrapartida, é interessante veri-

¹³ *O Alentejo...*) pp. 478-479, quadro X.

ficar que os proprietários residentes na capital eram, na sua esmagadora maioria, titulados e detinham 32,5 % da riqueza deste grupo.

Os fortes laços deste grupo à capital podem ser percebidos quer como o resultado dum movimento no sentido do urbanismo das elites fundiárias, quer no sentido inverso, como investimento da alta burguesia lisboeta no imobiliário de que é exemplo conhecido Eugénio de Almeida. Em qualquer dos casos, o processo que mesclou a velha nobreza com a burguesia mercantil contribuiu certamente para reforçar os laços das elites eborenses com os círculos do poder e, em particular, com a própria figura do Rei.

A actividade industrial de alguns membros desta elite surgia na sequência imediata da exploração agrícola, tal como podemos perceber pela Matriz Industrial de 1877¹⁴. Assim temos registados lagares de azeite como o de Joaquim António Calça e Pina, em Estremoz, do visconde de Guedes, em Évora, ou do visconde da Esperança na Quinta da Manizola. António Cabreira, também proprietário, aparecia registado por sua vez como *fabricante* de azeite. O grande proprietário José Maria Ramalho Dinis Perdigo tinha uma fabrica de rolhas de cortiça na Horta do Bispo que empregava 30 operários pelo menos. Ele estava igualmente registado como fabricante de telha e tijolo. Eduardo de Oliveira Soares, director do Banco do Alentejo, negociante e grande proprietário, aparecia registado como *especulador* e como *mercador por miúdo de algodao e lãs*. Tratam-se, em todo o caso, de excepções já que a maioria das grandes fortunas fundiárias estão aqui ausentes. Não parece que encontremos, neste caso, uma relação directa entre os níveis fortuna e o grau de participação nos negócios e interesses industriais.

Esta hipótese levou-nos a alargar a nossa análise às fortunas locais nas principais freguesias dos concelhos de Évora e de Beja, de acordo com os elementos fiscais compilados nos cadernos de recenseamento eleitoral¹⁵. Esta amostra, que excluiu as grandes fortunas residentes

¹⁴ No Arquivo Distrital de Évora, fundo da Repartição de Finanças. Esta foi a matriz industrial mais recente que encontramos nos arquivos para o concelho de Évora.

¹⁵ Arquivo Distrital de Beja/Governo Civil: *Recenseamento geral dos cidadãos eleitores e elegíveis para deputados, cargos administrativos e maiores contribuintes*, 1892, freguesias das Neves, Santa Maria, São João, São Salvador; Arquivo Distrital de Évora/Governo Civil: *Lista doseleitores inscrito5...*, 1901, freguesia N.a Sra. de Machede, São Mamede, São Pedro, Sé, V. Valongo, S. Miguel de Machede, S. V. Pigeiro,

fora dos concelhos, foi alargada até aos eleitores que pagavam mais de 100 mil réis de imposto. Assim, ternos 96 indivíduos que se identificavam como proprietários, altos funcionários do Estado, membros das profissões liberais e lavradores que, enquanto tal, eram o grupo menos representado. A correlação estatística entre aqueles que pagavam contribuição predial e os que pagavam contribuição industrial mostrou-se negativa para os médicos, negociantes e lavradores. No que se refere aos proprietários, ela foi inconclusiva¹⁶. Em contrapartida, encontrámos uma correlação positiva entre o imposto predial e o consumo sumptuário no caso dos médicos, proprietários e lavradores. Neste caso esta relação foi inconclusiva para os negociantes. Finalmente, no que respeitava à posse da terra e aos rendimentos sobre capitais, a relação só parece ter sido positiva para os lavradores. Ou seja, tudo indica que era este grupo quem mais recorria ao crédito. Em suma, também neste caso não parece existir uma relação directa entre os níveis fortuna e o grau de participação nos negócios e interesses industriais.

Esta análise estatística parece sustentar que os grandes proprietários surgiam numa posição relativamente afastada das actividades comerciais e industriais urbanas. O fenómeno, podemos pensá-lo, seria aparente e prender-se-ia com a própria natureza do imposto industrial, pois este tanto recaía sobre o exercício duma actividade ou profissão como sobre os estabelecimentos não agrícolas.

A análise anterior ganha por isso maior expressão quando alargamos o universo aos eleitores que pagavam mais de 10 mil réis de imposto em Évora e em Beja. Para além dos grupos anteriores, aparecem neste universo composto por 526 indivíduos, fabricantes, artesãos, farmacéuticos, militares e até pequenos proprietários (quinteiros).

A Tabela 4 mostra-nos a distribuição, por grupos socio-profissionais, do número de contribuintes e valor pago nas várias contribuições pelos eleitores recenseados em Évora e Beja na viragem do século xx.

S. Manços, Santo Antão; Arquivo Distrital de Évora/Governo Civil: *Cópia do recenseamento eleitoral...1904*, Évora. Faltam aqui algumas freguesias que, no entanto, não comprometeram a validade deste exercício analítico.

¹⁶ Remetemos o leitor interessado nestes detalhes para o texto da nossa comunicação apresentada em Évora.

TABELA4

<i>Grupos socio-profissionais</i>	<i>Número contribuintes</i>	<i>Predial</i>	<i>Industrial</i>	<i>Sumptuária</i>	<i>Juros</i>	<i>Imposto</i>
Agenciário	13	61	200	40	-	299
Artesãos, trabalhadores, seareiros	132	1.222	2.235	551	39	4.045
Comerciante, lojista, taberneiro	73	535	1.380	366	-	2.288
Negociante	23	456	1.067	187	68	1.764
Funcionário Público	31	707	259	193	10	4.659
Profissões liberais, exército, igreja	49	1.967	1.416	921	64	4.828
Proprietário e lavrador	205	21.129	2.529	4.321	359	28.778
TOTAL	526	26.077	9.086	6.579	540	46.661

Ponte: Ver texto. Valores em mil réis.

Neste conjunto, os 205 proprietários e lavradores aparecem com uma contribuição industrial pouco superior aos artesãos, trabalhadores de ofício e seareiros. O valor do imposto predial é menos de metade do imposto industrial nos casos dos negociantes, comerciantes, lojistas, tendeiros e taberneiros. Sem surpresa, são os grupos superiores, aos quais devemos associar as profissões liberais e os funcionários públicos' quem mais pagava de contribuição sumptuária e rendas de casa, assim como imposto sobre capitais.

Tudo indica, pois, que as elites fundiárias tiveram nesta altura uma participação desigual em actividades a jusante da lavoura. A lista dos vinte *maiores contribuintes industriais* contava com nomes sonantes da lavoura eborense (Tabela 5). No entanto, a visão de conjunto revela que predominavam fortunas fundiárias de segunda linha e que o peso dos negociantes andava a par com o dos proprietários.

TABELA5

<i>Nome</i>	<i>Profissao</i>	<i>Predial</i>	<i>Industrial</i>	<i>Imposto</i>
José António de Oliveira Soares	Proprietário [e negociante]	1.056	256	1.568
Eduardo de Oliveira Soares	Proprietário [e negociante]	452	263	811
António Simoes Paquete	Proprietário [e negociante]	314	271	718
Conde da BoaVista	Proprietário	461	124	585
José Abílio da Silva Moreno	Médico	136	217	410
Francisco Dámaso da Fonseca Varela	Proprietário	68	167	267
José Manuel Gomes	Negociante	78	159	259
Vicente Rodrigues Ruivo	Proprietário	45	146	249
Tomás Fiel Gomes Ramalho, advogado	Solicitador	98	76	236
Joaquim António Perdigoao Queiroga	Proprietário	-	206	225
António José Ramos	Médico	51	152	221
António Luís Rodrigues	Negociante	10	138	196
António de Mira Calhau	Negociante	-	157	169
António Martins de Castro	Negociante	26	119	160
Bernardo António Santos	Proprietário	4	141	145
Romão José Barreto	Negociante	5	127	132
António Vaz da Silva Galopim	Industrial (surrador)	21	102	130
Manuel de Brito Camacho	Médico	-	115	124
Eduardo Martins	Agente do Banco de Portugal	-	100	107
António Augusto Salvador	Negociante	-	80	91

Fonte: Ver texto.

2. A indústria regional: o artesanato e a pequena oficina

A participação desigual das elites fundiárias no comércio e indústria regionais relacionava-se directamente com as oportunidades de

grande negócio que emergiam com o desenvolvimento das relações capitalistas no contexto da economia regional. Ora, o último terço do século XIX foi marcado pela perda de competitividade da região face aos mercados nacional e internacional. Longe de se limitar ao problema da concorrência movida pelos cereais americanos e à falta de mercados para os vinhos correntes, a *crise* estendia-se às lãs, à indústria mineira, passando pelo têxtil e pela indústria rolheira. A partir da década de 1880 encerraram gradualmente a maioria das minas de cobre e de ferro e afundou-se a Companhia de Mineração Transtagana, talvez a maior aventura mineira daquele período, onde tinham participado fortemente capitais regionais¹⁷. A indústria rolheira, tal como se pode perceber pelos inquéritos industriais de 1881 e de 1890, conheceu dificuldades crescentes à medida que os países importadores impunham taxas protecionistas. A orientação da actividade corticeira para a preparação foi assim reforçada. A indústria têxtil moderna, circunscrita à fábrica de Portalegre, conheceu grandes dificuldades para sobreviver à chegada do novo século. O afundamento do mercado brasileiro depois de 1890 parece ter tido um grande impacto, embora desigual, nos negócios regionais, criando dificuldades acrescidas inesperadas. No sector alimentar, as dificuldades de sobrevivência das escassas unidades moageiras à concorrência movida pelas fábricas lisboetas eram evidentes. No conjunto, era o sector mais moderno da economia industrial, aquele que poderia beneficiar de mercados vastos no exterior que estava ameaçado, enquanto o sector «tradicional» continuava a resistir.

A Matriz Industrial de 1877 permite-nos apreender a estrutura das relações industriais com o conjunto da economia regional¹⁸. Na análise das actividades identificadas, três sectores devem ser distinguidos de acordo com os seus mercados, lógica de crescimento e padrão de localização geográfica. Em primeiro lugar, considerámos um sector artesanal e oficial *de serviço* (1) que vivia do apoio que prestava à lavoura e aos transportes terrestres. Nele se destacavam

¹⁷ Vejam-se os nossos trabalhos *Indústria e Conflito no Meló Rural*, Lisboa, Colibri, 2001 e «O Alentejo e o Desenvolvimento Mineiro durante a Regeneração», *Minerado no Baixo Alentejo*, Castro Verde, Camara Municipal, 1996, pp. 114-129.

¹⁸ Sobre a história da indústria no Alentejo oitocentista vejam-se também os contributos anteriores de CARDOSO MATOS, A.: «A indústria no distrito de Évora, 1836-1890», *Análise Social*, XXVI (112-113), 0.º-4.º, 1991, pp. 561-581, e também *Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Industrial no Portugal Oitocentista O caso dos Lançfícios do Alentejo*, Évora, tese de doutoramento apresentada à U. Évora.

as oficinas de carpinteiros de carros que, para além da construção e reparação de vários tipos modelos regionais de carros, também executavam e reparavam arados e alfaias em madeira. Devemos incluir neste grupo os carpinteiros, os ferreiros e ferradores e os albardeiros. Os chocalhos para o gado da região eram produzidos na cidade pelos «fabricantes de objectos de bronze». Os serralheiros, para além de repararem instrumentos em ferro, faziam igualmente a manutenção de máquinas e de caldeiras e, por isso, o seu número não deixa de indiciar também a generalização do uso de utensílios e máquinas industriais.

TABELA 6

<i>Tipo de ofício</i>	<i>Número</i>	<i>MU</i>	<i>Contribuição</i>
Carpinteiro	63	6,5	76,9
Carpinteiro de carros	44	7,0	68,0
Ferreiro, ferrador	31	7,0	70,7
Serralheiro	13	12,0	45,0
Correeiro	11	11,0	35,0
Albardeiro, cabresteiro	6	4,0	12,0
Fundidor, fabricante de objectos de bronze	4	4,0	13,0
Tanoeiro	2	1,0	2,0

Fonte. Arquivo Distrital Évora/Repartição de Finanças, *Matriz Industrial*, 1877 (valores em mil réis).

A Tabela 6 mostra-nos a distribuição, por tipo de ofício, do número de artesãos e de trabalhadores neste sector, o total de contribuição paga por tipo de actividade bem como o máximo pago por unidade oficial (MU). Este valor, fixado de acordo com a capacidade produtiva, geralmente estabelecida de acordo com o número de trabalhadores e de máquinas empregados, indicia a existência de oficinas que raramente ultrapassavam os 6 e 7 trabalhadores quando a norma apontava para empresas familiares que ocupavam 1 ou 2 indivíduos.

Um segundo sector (II) estava orientado para os bens de consumo regionais (Tabela 7). Com um padrão de localização sobretudo «urbano», era dominado igualmente pelo artesanato. Tal como o Inquérito

TABELA 7

<i>Tipo de ofício</i>	<i>Número</i>	<i>MU</i>	<i>Contribuir,ifo</i>
Sapateiro	113	14,0	151,5
Pedreiro	73	70,0	6,0
Alfaiate	29	11,5	59,8
Marceneiro	11	5,5	17,0
Canteiro	9	1,0	9,0
Funileiro	9	4,0	12,0
Esparteiro	5	5,0	17,0
Caldeireiro	4	9,0	12,0
Chapeleiro	4	16,0	19,0
Fundidor	3	4,0	9,0
Surrador de peles	3	4,0	6,3
Estucador	2	1,2	2,0
Tanoeiro	2	1,0	2,0
Cordoeiro	1	1,0	1,0

Ponte: Ver Tabela 6.

Industrial de 1890 atesta, aqui podíamos encontrar oficinas que só, excepcionalmente empregavam perto de uma dezena de homens. Neste sector destacavam-se, pelo seu número, os sapateiros (fabricantes e remendões) seguidos depois pelos alfaiates, marceneiros, correiros, caldeireiros, esparteiros e outros ofícios que satisfaziam as necessidades correntes da vida rural¹⁹. Tal como sucedia com os sapateiros e os chapeleiros, a sobrevivência de muitas destas actividades ao longo do século xx esteve directamente ligada à especificidade do fabrico de tipos de vestuário, calçado e de outros produtos regionais adoptados pela população rural. Por outras palavras, eram actividades que viviam da proximidade perante os consumidores e não sofriam com a concorrência de bens oriundos da capital.

Finalmente, o sector **III** agrupava as fábricas e os fabricantes, bem como as actividades orientadas para mercados localizados fora

¹⁹ Por esta razão incluímos aqui os ofícios ligados à construção civil.

da região (Tabela 8). A actividade mais importante era representada pela indústria corticeira. A nossa fonte sugere que a importância local desta actividade tem sido empolada. Foram registadas apenas 6 fábricas: quatro na Azaruja (a de Roberto Reynolds com 30 trabalhadores, a do catalão André Camps com 10 operários e a de Jerónimo Marques e António Pais, com 4 operários cada uma) e 2 em Évora (a de José Maria Ramalho Dinis Perdigo, com 30 operários e a de Perez & Santos com 10). Além desta escassa centena de trabalhadores, temos 19 rolheiros que residiam, na maioria, na Azaruja. Para além desta actividade, identificámos fábricas de fósforos, de sabão, gasosas, velas, cal, telha e tijolo, odres, azeite, loiça, enfim, uma diversidade que se caracterizava pela pequenez dos estabelecimentos (Tabela 8).

A fábrica de farinha peneirada e a padaria da Companhia Industrial Eborense, localizada em Évora na rua de Lagos e que contava com um maquinismo a vapor e 3 pás de mós francesas era, nesta época, o maior estabelecimento industrial da cidade, se considerarmos

TABELAS

	<i>Número</i>	MU	<i>Contribuído</i>
Farinha, fábrica	1	90,0	90,0
Azeite, fabricante	1	34,0	34,0
Cal, fabricante	2	10,0	20,0
Cera e mel	10	4,0	8,1
Velas, fabricante	2	18,0	32,0
Curtumes, fábrica	3	19,2	45,6
Fábrica de gasosas	1	30,0	30,0
Fábrica de rolhas	6	42,0	174,0
Fábrica de sabão	1	24,0	24,0
Fósforos, fabricante	1	1,0	1,0
Louça de barro ordinária, fabricante	3	1,0	3,0
Odres, fabricante	3	4,0	9,0
Palitos fosfóricos, fabricante	1	1,0	1,0
Telha e tijolo, fabricante	7	3,2	12,0

Fonte: Ver Tabela 6.

o volume do negócio estimado pela contribuição industrial lançada. A sua produção destinava-se a satisfazer a clientela burguesa e concorria dificilmente com o sector «tradicional».

Fabricante era, pois, o nome que se dava ao dono de estabelecimentos que produziam em série produtos tipificados para mercados «abertos». Ao contrário das restantes actividades, o estabelecimento não prestava um serviço, não trabalhava por encomenda, nem se integrava na exploração agrícola.

No ramo alimentar, as relações pré-capitalistas, representadas pelo trabalho à maquia, continuavam a dominar. Elas estavam presentes nos lagares de azeite, nas azenhas e moinhos de vento ou nos fornos de pão (Tabela 9). Comprava-se trigo e mandava-se moer, sendo a maquia paga a trigo ou a dinheiro. A farinha era amassada em casa e mandava-se cozer nos fornos de lenha, pagando-se a maquia ao forneiro. No caso das azenhas e dos moinhos, o rendimento era partilhado entre os proprietários e os *empresários* que os tomavam de renda. Naturalmente, também os lavradores mandavam moer o seu trigo e as azeitonas à maquia quando precisavam. Tratando-se de um sector pré-industrial, de acordo com o que estabelecemos ele deve ser incluído no sector Π .

Estas mesmas relações estendiam-se até à produção doméstica, com o trabalho *a feitio*. Comprava-se tecido a um comerciante e mandava-se executar as peças aos alfaiates ou a domicílio, o que

TABELA9

<i>Tipo</i>	<i>Número</i>	<i>Contribuífêio</i>	<i>MU</i>
Mestre de Moinho	7	8,4	1,2
Moinho de água, empresário	9	23,5	3,5
Moinho de água, rendeiro	7	23,0	5,7
Moinho de vento, empresário	17	61,5	6,4
Moinho de vento, rendeiro	17	66,9	5,8
Moinho, empresário	11	30,0	5,8
Moinho, rendeiro	4	13,6	5,8
Lagar de azeite	22	88,0	-
Açougue	17	131,9	20,0

Fonte: Ver Tabela 6.

tornava muito deste trabalho invariavelmente feminino e doméstico invisível nos arquivos ²⁰.

Devemos ainda acrescentar, aqueles três sectores, um outro, finalmente, caracterizado pelo consumo de bens e serviços de qualidade ou excepcionais. Duas tipografias, dois estucadores, cinco pintores, um dourador, urna fotografia, um coronheiro, um fogueteiro e é tudo. No domínio alimentar, apareceram pouco depois algumas novas indústrias. A imprensa fala-nos do *Granito*, bebida inventada por Inácio Henrique de Carvalho, muito vendida na regioa, em Lisboa e exportada para África e para o Brasil ²¹. A primeira fábrica foi montada em Lisboa em 1873, abrindo outra em 1877. Em 1882 começou a fabricar em Évora licores, cremes, cognacs, gasosa, genebra, *aguardente de Évora*, granito e champagne. Outras pequenas fabricas de bebidas e de licores foram instaladas na cidade. Integradas na actividade comercial, nelas participaram alguns proprietários. Trata-se, pois, de um sector que cresceu à medida que o consumo de luxo se generalizou, como testemunha o aparecimento de pequenas unidades para o fabrico de café, chocolates, amendoas e confeitarias.

A importancia das relações pré ou proto-capitalistas na economia rural e a dimensao dos mercados contribuem para explicar a debilidade do sector comercial. Pouco especializado, nele predominavam as tendas, as tabernas e as mercearias. O comércio que chegava aos montes era garantido por urna rede de almocreves. Entre o comércio especializado contavam-se as lojas de tecidos de lã e de algodao. Muito menos importantes eram os comerciantes de farinhas e os comerciantes de couros. O resto da lista inclui urna loja de ferragens, um armazém de madeiras, um comerciante de rolhas, dois de chapéus e pouco mais.

O peso numérico e económico destas actividades indiferenciadas pode ser avaliado na listagem dos grupos que mais contribuíram isoladamente para a contribuição industrial (Tabela 10).

Percebe-se então que fosse o negócio do dinheiro, representado aqui pela banca regional, e o grande comércio dos produtos da grande lavoura do sul, registado como *especulador*, que atraía os capitais pelo volume de rendimentos que era capaz de proporcionar no curto

²⁰ V. por ex. no Inquérito Industrial de 1890 as referencias à indústria de «roupa branca».

²¹ COELHO JÚNIOR, E.: «Vm industrial distinto», *Diário do Alentejo*, 593, 01-08-1888.

TABELAIO

<i>Grupos</i>	<i>Número</i>	<i>Valor</i>
Bancos Eborense e do Alentejo	2	7.420,0
Tabaco, venda por miúdo	187	650,6
Especulador	14	397,0
Tendeiro	106	386,7
Algodão e lã, mercador de tecidos	22	307,9
Merceeiro	20	301,8
Taberneiro, vinho e aguardente	53	277,9
Director do Banco	6	210,0
Almocreve	48	185,8
Sapateiro	113	151,5
Açougue	17	131,9
Caixeiro	50	113,5
Agencia	25	102,9

Ponte: Ver Tabela 6.

prazo. Onde quer que isto sucedia, como na indústria corticeira ou nos negócios locais do tabaco, vamos encontrar nomes que representam grandes fortunas fundiárias. Parece então aplicar-se aqui a regra segundo a qual, nas regiões onde o grande comércio proporcionava bons lucros, a indústria surgia como o parente pobre²². Talvez seja igualmente útil recorreremos à conceptualização braudeliana em torno dos três níveis do capitalismo quando se procura compreender a «dinâmica» regional. A realidade que tentámos descrever e que irá perdurar em boa parte do século xx, como «estrutura», é a de que, entre um *grande capitalismo* orientado para o exterior e os níveis mais baixos da economia, estava quase ausente um nível médio ou intermédio. Os benefícios que os mercados exteriores podiam garantir, dir-se-ia, não chegavam até à base.

²² CHURCH, R: *The Dynamics Of Victorian Business: Problems and perspectives to the 1870s*, Londres, George Allen & Unwin, 1980.

3. Iniciativas estratégicas: o comércio e as novas indústrias

A formação de um mercado de bens agrícolas para a indústria apresentou-se de forma clara para os grupos de elite como uma ameaça que se estendia a todo o universo rural. Numa obra publicada em Évora no início do século xx por um membro da elite local, defendia-se que

«aliado à falta de instrução, existe outro factor que muito dificulta a acção colectiva das classes rurais; quero referir-me à concorrência mercantil que é necessário neutralizar e destruir. Na verdade, as populações agrícolas vivem definhadas nas estreitas malhas da trama comercial, donde, qualquer movimento libertador daquelas, far-se-á seguir da reacção perigosa deste inimigo firmemente organizado de há muito» 23.

O texto, que fora a dissertação inaugural apresentada por Virgílio Bugalho Pinho ao Conselho Escolar do Instituto de Agronomia e Veterinária, teve certamente larga audiência no meio agrícola. Ao afirmar que o comércio estava a ser remunerado, pelos preços de venda que fixava, em detrimento do produtor e do consumidor, o agrónomo não fazia mais do que repetir um lugar comum que tinha mobilizado politicamente a elite local na defesa do protecționismo cerealífero nos finais da década de 1880²⁴. Estas ideias, integradas mais tarde na doutrina económica do Integralismo Lusitano, eram defendidas como uma imperiosa necessidade em alterar o estado da situação. Depois de constatar que «a produção agrícola moderna» tinha entrado numa nova fase caracterizada pelo abastecimento gradual dos preços, ele defendia que a resposta dos produtores à «baixa exagerada dos preços», passava pela conquista de novos mercados e por transacções directas com o consumidor por forma a «guardar para si os lucros do excesso do valor mercantil». Uma das conclusões era a de que

23 BUGALHO PINHO, V.: *Dalgumas questoes relativas às Associações Vinícolas de Producao*, Évora, 1902.

24 SALDANHA OLIVEIRA E SOUSA, J.: *Algumas Considerações sobre a Crise Agrícola em Portugal*, Lisboa, 1886.

«a agricultura, nas condições económicas em que actualmente se exerce, tem necessidade de modificar os seus processos no sentido de torná-los cada vez mais industriais» 25.

Outra conclusão, não menos importante, defendia que a apropriação da renda gerada no comércio impunha

«a necessidade de trocar a energia do interesse pessoal tao largamente desenvolvido entre nós, para que se compreendam e adquiram os hábitos associativos» 26.

Ou seja, a atitude empresarial, que se reflectia na racionalização dos métodos de produção, na busca de mercados e de novos produtos, na incorporação crescente de meios técnicos novos, caminhava a par da procura de soluções para neutralizar os efeitos negativos do comércio ou, se quisermos, para se apropriar dos seus ganhos.

No que respeitava à primeira vertente do problema, a modernização técnica estava já a ser feita 27. Tal como se pode perceber pelo inventário e controlo da actividade de máquinas a vapor e de motores realizados pelos serviços da 4.^a circunscrição industrial, a Casa Agrícola alentejana constituía o elemento mais dinâmico da economia regional. Os elementos agregados para os distritos de Évora e de Beja no que respeita às entidades proprietárias de geradores e caldeiras a vapor no início do século XX mostra, sem surpresa, que a maior parte se encontrava nas explorações agrícolas (Tabela 11). Era relativamente reduzido o número de entidades que alugavam máquinas agrícolas. Mais importante, revela-se a fragilidade do sector industrial moderno na região. No sector corticeiro, a cozedura da prancha fazia-se em tanques abertos e exigia sobretudo a presença de trabalhadores manuais. As caldeiras eram excepcionais, mesmo se este número aparece aqui subestimado. As fábricas de moagem eram, por isso, a aplicação mais frequente do vapor na indústria, tornando-se este o sector mais importante na região pelo volume de capitais que empregava 28. A constituição de empresas moageiras como tal acompanhou igualmente a modernização dos lagares.

25 PINHO, V: *Dalgumas questões relativas às Associações...*, 1902, p. 28.

26 PINHO, V: *Dalgumas questões ...*, p. 27.

27 REIS, V J.: «Latifúndio e Progresso Técnico no Alentejo...», art. cit.

28 *Estatística Industrial 1.a série. Distritos de Évora, Beja e Faro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905.

TABELA 11

<i>Tipo de empresa proprietária de geradores e caldeiras a vapor</i>	<i>Número</i>
Herdades e explorações agrícolas	25
Fábricas de moagem	24
Lagares de azeite *	5
Depósito de palha	2
Adega	2
Fábricas de cortiça	1
Oficinas de serralharia e fundição	1
Empresa de debulhas mecánicas	3
TOTAL	62

* (não inclui herdades coros lagares).

Fonte: *Estatística Industrial*, 1905 (cálculos nossos).

A análise das aplicações do vapor em trabalho confirma largamente o que temos vindo a defender. Na esmagadora maioria dos casos, o vapor era aplicado apenas na debulha dos cereais. Mas não era excepcional o seu uso noutros trabalhos agrícolas (lavoura, enfaradamento de palha, etc.) bem como nas agro-indústrias: adegas, moagem de cereais e fabrico de azeite. A utilização do vapor nas actividades industriais «propriamente ditas» era um fenómeno raro.

A comercialização dos produtos da grande exploração era feita, com frequência, directamente ou através de sociedades nas quais se contava com a capacidade comercial dos sócios. A Francisco Cabreira & Irmaos, por exemplo, não passava duma sociedade familiar, constituída em 1889 entre irmaos para a «compra e venda de géneros, cereais, vinhos e aguardentes, azeites e exploração das propriedades rústicas e urbanas pertencentes aos sócios»²⁹. Apesar disso, operava em Évora como uma empresa comercial que contava com fábrica de moagem. A Thomas Reynolds & Companhia, formada com apenas

²⁹ Arquivo da Conservatória do Registo Comercial e Predial de Évora: *Livro E 1. Livro para as inscrições na secretaria do Tribunal Comercial do Distrito de Évora* (1.Ago.1889-20.Mai.1926), 200 fls. rubro As referencias seguintes a sociedades baseiam-se nesta fonte.

200 mil réis, associava os irmãos de origem britânica, Thomas e Roberto Reynolds, grandes proprietários em Estremoz, a José Luís e Joaquim Domingos de Matos Fernandes, de Évora, apenas para a comercialização de cereais. Noutros casos, as sociedades resultavam directamente da morte do fundador que ligara o negócio por grosso à acumulação de propriedade fundiária como sucedia, por exemplo, na Mira Calhau & Irmão e na António Simões Paquete & Cia. L.da.

Por outro lado, a capacidade de oferta concentrada de produtos primários que a grande propriedade permitia e, sobretudo, a posição de credor em que por vezes os proprietários se encontravam, constituía uma porta de entrada para o comércio regional. Assim, por exemplo, na Torres & Almeida, sociedade constituída em Évora em 1894 para a «exploração da compra e venda de farinhas, cereais, azeites, vinhos e outros quaisquer artigos», João Barreiros de Torres Vaz Freire entrava com 5 contos em dinheiro colocados em conta corrente no Banco do Alentejo e o negociante Augusto César de Almeida com o valor do saldo da firma àquela data. O mesmo se passou na José Romão & C.ia e na José Carlos Abelha L.da onde participaram respectivamente A. C. Potes Cordovil e Raul Queimado de Sousa.

A análise das sociedades comerciais registadas em Évora entre 1889 e 1927 para a venda de cereais deixou de fora, naturalmente, a participação de grandes proprietários em iniciativas comerciais sediadas em Lisboa, as quais certamente seriam importantes (Tabela 12).

A par destas sociedades onde estiveram um número restrito de indivíduos, encontramos outras onde participaram praticamente quase todos os grandes nomes locais. Foi este o caso da Adega Regional do Alentejo, constituída em 1902 com um capital de 30 contos de réis para a exploração de adegas regionais e que tinha 59 sócios. Entre os seus directores e fundadores encontramos o visconde da Ervideira, Miguel e José Joaquim de Matos Fernandes, António Torres Vaz Freire, Joaquim de Oliveira Fernandes, Tiago Eleutério de Soure, o engenheiro e proprietário Adriano Augusto da Silva Monteiro, Basílio Simões Paquete, Manuel Alves Branco, Francisco Eduardo de Barahona Frago, José António de Oliveira Soares, Júlio Victor Machado, José Albino da Silva Moreno, Candido Ferreira da Mata e o Augusto José Ramos.

Uma iniciativa análoga teria lugar já depois da Grande Guerra, em Março de 1920, quando se constituiu a Companhia Portuguesa de Preparação de Carnes Limitada, com o capital formado por 20

TABELA12

<i>Data</i>	<i>Capital</i>	<i>Sócios</i>	<i>Designafdo</i>	<i>Duração</i>
1889	49.6	Francisco Augusto Cabreira e seus irmaos	Francisco Cabrera & Irmaos	I
1894-1903	6.3	João Barreiros de Torre Vaz Freire e Augusto César de Almeida, negociante	Torres & Almeida	5
1908-1920	75.5	António e José Simões Paquete, comerciantes de Evora	António Simões Paquete & Companhia	7
1906	0.2	Thomaz Guilherme Reynolds, Roberto Luís Reynolds, José Luís de Mattos Fernandes e Joaquim Domingos de Mattos Fernandes	Thomas Reynolds & Companhia	I
1918-1922	20.0	Amilcar Fernandes e Silvestre Baptista	Fernandes & Baptista Lda.	I
1920-1925	46.0	Os dois sócios	Mira Calhau & Irmão	I
1922	40.0	Leonardo António Caeiro, Francisco António Caeiro e José Moléro	Sociedade Comercial e Industrial Limitada	I
1922	100.0	Francisco Severino Godinho, António José Godinho, António Gomes Nascimento, comerciantes	Godinho & Namorado Limitada	I
1924	140.0	António Cory Potes Cordovil e a firma José Romão & Companhia (Sucessores)	José Romão & Companhia Limitada	I
1926	60.0	Raul Queimado de Sousa e José Carlos Abelha.	José Carlos Abelha Limitada	I
1927	50.0	3 sócios comerciantes: Alfredo José de Mira, Geraldo Sá Mesquita e outro	Mira & Mesquita Limitada	I

Legenda: Data (de fundação); Capital (em contos de réis a preços correntes); Duração (Indeterminada ou em número de anos).

Ponte: Ver texto.

mil acções de **mil** escudos cada. O seu objectivo era industrializar

o fabrico da carne de porco que, assim se esperava, seria vendida em todo o país e exportada. Entre os fundadores, sócios principais e directores do empreendimento encontramos Luís Coutinho Borges de Medeiros, marquês do Faial e duque de Palmela, José Albino da Silveira Moreno, António Bernardino Ferreira, José Correia Botelho Castelo Branco, Francisco de Barahona Fragoso e Mira, António da Silva Monteiro, Gabriel Vítor Bugalho Pinto, Francisco Cordovil Brito Vaz Coelho, Leovagildo Quirina Queimado de Sousa, Joaquim Plácido Duarte Silva, Manuel Lobo d'Ávila Lima e José Perdigão de Carvalho (conde da Ervideira).

A par destas iniciativas, mereceu interesse a actividade seguradora como atesta a constituição, em 1915, da Sociedade Alentejana de Seguros «A Pátria», com um capital de 500 contos. Neste caso, a preocupação prioritária com o seguro agrícola foi a porta de entrada para um novo ramo de negócio. Para além do investimento na banca e nos seguros, os capitais regionais interessaram-se também pelo comércio de tabaco e pelo grande comércio de distribuição. Entre estas sociedades destacamos a Machados & Ramires (1894) que ligara os negociantes e proprietários eborenses Francisco de Oliveira Ramires, Júlio Victor Machado e seu irmão Júlio Machado. Em 1905, o estabelecimento da Praça do Giraldo girava pelo nome de Ervideira & Marçal e era representado pelo conde da Ervideira e por José Lopes Marçal que tinham fortes interesses no Banco do Alentejo. Eles apareciam em Évora como agentes da Companhia de Tabacos de Portugal. Em 1923, a firma tinha um capital de 60 contos e nela tinham entrado Manuel Faustino Rodrigues e Augusto de Jesus Gomes Leal. No que respeitava ao grande comércio de distribuição destacamos a Mercantil Alentejana (1920) e a Fomento Eborense (1921), sendo de referir o seu envolvimento na moagem, na produção de bebidas e de alguns productos alimentares específicos. Finalmente, não podemos deixar de referir a participação da elite regional na indústria da electricidade, logo no início do século xx, quando se constituiu a Companhia Eborense de Electricidade (1905), e no ramo imobiliário (Companhia Edificadora Eborense de Prédios Urbanos, 1912). Tudo sornado estamos perante um comportamento em que as elites locais não faziam mais do que reproduzir (nas devidas proporções) um «modelo» de acumulação que vinha de Lisboa.

Conclusão

A descrição do tecido industrial eborense no último terço de Oitocentos enfatizou o seu carácter predominantemente pré ou proto-capitalista. Estreitamente dependente da economia agrária mercantil ele não parecia capaz de interessar os grandes capitais. É então na esfera do grande negócio (agricultura capitalista, banca, seguros, tabacos, grande comércio de «exportação») que devemos concentrar a nossa atenção.

Tal como outros já salientaram, a *crise agrícola* acompanhou a modernização da empresa agrícola. A evolução nas duas primeiras décadas do século caminhou ainda no sentido da constituição de empresas industriais a jusante da lavoura, onde se revelou a participação de um número significativo de membros das elites regionais. Este fenómeno, que marcou as primeiras décadas do século xx, foi representado entusiasticamente na *Ilustração Alentejana*, nas vésperas da Ditadura Militar, e no *Álbum Alentejano* no início dos anos '30³⁰.

Neste período, só excepcionalmente as iniciativas que visaram reforçar a posição dos lavradores tomaram a forma de cooperativas agrícolas. Entre estas constitui um caso isolado a União Vinícola e Oleícola do Sul, constituída em 1892 por destacados membros da elite de Viana do Alentejo. Efectivamente, o movimento cooperativo ficaria quase identificado com um cooperativismo de consumo de raiz operária ou popular³¹. A razão para tal parece ter estado ligada à acção de várias ordens de factores, entre os quais

³⁰ *Ilustração Alentejana*, ano I, n.o 2: «A Grande Fábrica Aliança, L.da. de Arraiolos (de Joaquim Franco, lavrador da regioao, José Maria de Brito Rosado, agricultor, José Jerónimo da Costa Amaral, veterinário, José Vieira Lizardo, farmacêutico, António Vieira Lizardo, telegrafista, Isidoro Nascimento Carvalho Pequito, antigo empregado ferroviário e Eduardo Vieira Lizardo, o gerente)»; *idem*, ano II, 3, 1927: «Moagem e electricidade de Estremoz»; ano III, 4, Julho de 1927: «A Sociedade Industrial Ceres Lda», «A indústria de moagem no Alentejo. A grande fábrica de moagem em Reguengos da firma João Patrício Álvares Ferreira, Lda», etc.

³¹ Entre estas iniciativas destacamos a Cooperativa Operária de Consumo Azaruense (1913), a Cooperativa de Consumo de Trabalhadores Rurais de Alcáçovas (1913), a Cooperativa Popular Eborense Lda. (1920), a Cooperativa dos Empregados da Sociedade Alentejana de Seguros «A Pátria» (1927). Nos dois últimos casos estamos longe de estar perante um cooperativismo de base, tal como se percebe pela lista dos fundadores da Popular Eborense: 1 reitor do liceu; 1 funcionário da Câmara; 2 chefes de polícia; 1 alfaiate; 1 proprietário; 1 tesoureiro da CGD;

teria pesado um certo grau de controlo governamental e a dificuldade dos grupos de elite em encontrar mecanismos para garantir a direcção destas organizações pela sua própria natureza. Deste modo, seria apenas nos anos iniciais dos anos '30, já em ambiente corporativo autoritário, que medraram algumas iniciativas desta natureza. Entre estas encontramos, em 1932, as cooperativas agrícolas da Graça do Divor, do Escoural e de Viana do Alentejo.

Nos anos '40, o carácter capitalista da instituição seria reforçada ao assumir, na sua constituição, o capital social dividido pelos accionistas, ao mesmo tempo que ficava integrada na estrutura corporativa. Assim, a Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite de Évora foi constituída em 1949 pelos agricultores e possuidores de vacas leiteiras agremiados. Formada com um capital social de 45 contos, tinha por finalidade «*promover a venda do leite das vacas dos seus associados e sua transformação em manteiga) queijo e outros produtos*» e funcionava em anexo ao Grémio da Lavoura de Évora e de Viana do Alentejo. Em 1960, a Cooperativa Agrícola e Pecuária Estrela Eborense, Limitada foi criada para a «*aquisição de carnes e gados para venda aos seus associados segundo a determinação da Junta Nacional dos Produtos Pecuários*»³².

Por outro lado, a participação da elite no negócio dos tabacos, na banca regional, na actividade seguradora e no grande comércio reforça a ideia de que o seu comportamento foi pautado por critérios de natureza capitalista. Salientemos, no entanto, o desfecho infeliz que teve a história de alguns destes empreendimentos. As maiores iniciativas industriais desencadearam-se num contexto marcado por um ambiente fortemente inflacionista e por dificuldades de aquisição de máquinas no exterior. Talvez por isso, iniciativas importantes como a Sociedade Alentejana de Moagens, que instalou a Fábrica dos Leões, depressa acabaram nas mãos de industriais sem raízes locais, como a família Alvarez. O mesmo se passou com a Companhia de Preparação de Carnes que, ao elevar o capital social dos 2 para os 4 mil contos, viu entrar como maiores accionistas Candido SottoMayor (com 900 contos!) e o banco Pinto & Sotto Mayor (com 940 contos!).

1 secretário da Camara; 1 capitão do exército; 1 funcionário público, todos de Évora e todos vítimas da inflação nos preços.

³² Arquivo da Conservatória do Registo Comercial e Predial de Évora: *Livro E 2. Livro para as inscrições na secretaria do Tribunal Comercial do Distrito de Évora* (24.Maio.1926-26.Jan.1961), 200 fls. rubro

Por razões que ainda desconhecemos, a fábrica desta sociedade, agora sediada em Lisboa, nunca chegou a funcionar.

Contudo, o fracasso destas grandes iniciativas acompanhou o movimento no sentido da «industrialização» dos produtos da grande lavoura do sul operada no seio da empresa agrícola ou em estreita articulação com ela. Cremos que este movimento, visível na multiplicação das modernas moagens e lagares regionais no início dos anos '20, impôs a necessidade da regulação do mercado dos produtos agrícolas, se não contra os interesses industriais, pelo menos à margem da liberdade dos mercados que dariam vantagem à indústria moderna e aos processos de concentração. Nesta perspectiva, o corporativismo vinha, como doutrina e em nome duma moral superior, corroborar esta necessidade de salvaguardar a posição dos «produtores».

Fontes e bibliografía utilizada

Arquivo da Conservatória do Registo Comercial e Predial de Évora

Livro E 1. Livro para as inscrições na secretaria do Tribunal Comercial do Distrito de Évora (1.Ago.1889-20.Maio.1926), 200 fls rubr.

Livro E 2. Livro para as inscrições na secretaria do Tribunal Comercial do Distrito de Évora (24.Maio.1926-26.Jan.1961), 200 fls rubro

Livro C-1. Livro de matrícula das sociedades (12.Ago.1889-13.Out.1960), 200 fls rubro

Arquivo Distrital de Beja

Governo Civil

Recenseamento geral dos cidadãos eleitores e elegíveis para deputados, cargos administrativos e maiores contribuintes, 1892, freguesias das Neves, Santa Maria, São João, São Salvador.

Lista dos eleitores inscritos... 1901, freguesia N.a Sra. de Machede, São Mamede, São Pedro, Sé, V. Valongo, S. Miguel de Machede, S. V. Pigeiro, S. Manços, Santo Antao.

Arquivo Distrital de Évora

Governo Civil

Cópia do recenseamento eleitoral... 1904; Évora.

Repartição de Finanças (Évora)

Mapa da Repartição da Contribuição Predial (1890).
Matriz da Contribuição Industrial (1877).

Publicações periódicas

Boletim do Trabalho Industrial (Lisboa).
Boletim da Direcção Geral dos Serviços Industriais (Lisboa).
Diário do Alentejo (Évora).
Diário do Governo (Lisboa).
Álbum Alentejano (Lisboa), 1931.
Ilustração Alentejana, 1925-1928.

Estudos e obras de referencia

- ANDRADE, Anselmo de: *Política} Economia e Finanças*, Coimbra, 1925.
- BERNARDO, Maria Ana: «Les elites agraires portugaises aux XIXe. siecle: entre groupes de pression et associations», *Histoire} Economie et Société*, 2.º trim., 16.ª ano, 2, 1997, pp. 189-202.
- CARDOZA, Anthony L.: *Aristocrats in Bourgeois Italy. The Piedmontese Nobility} 1861-1930}* Cambridge, Cambridge University Press, 1997.
- «Commercial agriculture and the crisis of landed power: Bologna, 1880-1930», in GIBSON, Ralph, e BLINKHORN, Martín (eds.): *Landownership and Power in Modern Europe*, Londres, HarperCollins, 1991, pp. 181-198.
 - *Agrarian Elites and Italian Fascism. The Province of Bologna} 1901-1926}* Princeton, Princeton University Press, 1982.
- CHURCH, Roy (ed.): *The Dynamics of Victorian Business. Problems and perspectives to the 1810s}* Londres, George Allen & Unwin, 1980.
- FERREIRA, Jaime Alberto do Couto: *Farinhas} Moinhos e Moagens}* Lisboa, ancora, 1999.

- FONSECA, Hélder Adegar: «Economia y Actitudes Económicas en el Alentejo del Siglo XIX», *Noticiario de Historia Agraria. Revista Semestral del Seminario de Historia Agraria*, III, 6, Murcia, 1995.
- O Alentejo no Século XIX. *Economia e atitudes económicas no Alentejo Oitocentista*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996.
- «As elites económicas alentejanas: anatomia social e empresarial», *Análise Social*, XXXI (136-137), 1996 (2.º-3.º), pp. 711-748.
 - «Elites agrárias e crescimento económico na periferia portuguesa do século XIX: o exemplo do Alentejo na era liberal (1850-1910)», *Análise Social*, 146/147, XXXIII, 2.º-3.º, 1998, pp. 497-538.
- GUIMARÃES, Paulo: *Indústria Mineiros e Sindicatos Universos operários do Baixo Alentejo: dos finais do século XIX à primeira metade do século XX*) Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1989.
- «O Alentejo e o Desenvolvimento Mineiro durante a Regeneração», *Mineração no Baixo Alentejo*) Castro Verde, Camara Municipal, 1996, pp. 114-129.
 - *Indústria e conflito no meio rural: os mineiros alentejanos (1858-1938)*, Lisboa, Colibri, 2001.
- JUSTINO, David: *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913*, 2 vols., Lisboa, Veja, 1988-1989.
- MADUREIRA, Nuno Luís: *A Economia dos Interesses. Portugal entre as Guerras*) Lisboa, Livros Horizonte, 2002, 132 pp.
- MATOS, Ana Maria Cardoso: «A indústria no distrito de Évora, 1836-1890», *Análise Social*, XXVI (112-113) 0.º-4.º, 1991, pp. 561-581.
- Ciência) Tecnologia e Desenvolvimento Industrial no Portugal Oitocentista O caso dos Lani/tícios do Alentejo*, Tese de doutoramento, Évora, Univ. Évora, 1997.
- MORENO LÁZARO, Javier: «Las transformaciones tecnológicas de la industria harinera española, 1880-1913», en LÓPEZ GARCIA, Santiago, y VALDALISO, Jesús María (eds.): *¿Que inventen ellos? Tecnología empresa y cambio económico en la España contemporánea*, Madrid, Alianza Universitaria, 1998, pp. 213-248.
- PERY, G. Augusto: *Estatística agrícola do distrito de Beja (Concelhos de Beja) Cuba) Alvito et Vidigueira)* 4 vols., Lisboa, 1883-1886.
- PINHO, Virgílio Bugalho: *Dalgumas questoes relativas às Associafoes Vinícolas de Produção. Dissertação inaugural apresentada ao Conselho Escolar do Instituto de Agronomia e Veterinária*) Evora, 1902.
- PORTUGAL, MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA DIRECÇÃO GERAL DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA: *Estatística Industrial la série. Distritos de Évora) Beja e Faro)* Lisboa, Imprensa Nacional, 1905.
- REIS, Jaime Brown: *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica. Estudos sobre a Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX (1850-1930)*) Lisboa, Imprensa Nacional, 1993.

ROSA, Luigi: «Economics and Nationalism in Italy (1861-1914)>>, *Journal of European Economic History*, **11**, 3, 1982.

SOUSA, José de Saldanha Oliveira: *Algumas Considerações sobre a Crise Agrícola em Portugal*) Lisboa, 1886.

ZAMAGNI, Vera: *The Economic History of Italy 1860-1990*) Oxford, Clarendon Press, 1993.

